

# **GEO** **FRONTER**

**ISSN: 2447-9195**

## **A URBANIZAÇÃO CHINESA NA PERSPECTIVA DA “NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO”: ESTADO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

Chinese urbanization from the perspective of the “New Projectment Economy”: State, planning and Development

La urbanización china desde la perspectiva de la “ Nueva Economía del Proyectamiento”: Estado, planificación y desarrollo

---

**Mateus Almeida Rodrigues**

Universidade Federal do Ceará - UFC

**Resumo:** Este artigo apresenta uma discussão acerca do processo de urbanização na China, amparada na articulação entre Estado, mercado e sociedade, no marco de uma “Nova Economia do Projeto”. O objetivo central consiste em compreender os mecanismos estatais que orientam a expansão urbana e a equalização de crises setoriais, evidenciando o papel do Estado como agente balizador do desenvolvimento econômico e da socialização dos investimentos em detrimento de lógicas privatistas. Do ponto de vista metodológico, o artigo adota abordagem quanti-qualitativa, pautada em levantamento bibliográfico, documental e estatístico. Foram consultadas bases acadêmicas nacionais e internacionais (*Scielo*, Periódicos CAPES, *Scopus*, *ScienceDirect*, *Springerlink*), documentos de planejamento (relativos, em especial, aos Planos Quinquenais), reportagens jornalísticas e três principais *databases* (*National Data/NBSC*, *DataBank/Banco Mundial* e *Our World in Data*). Os resultados indicam que a urbanização chinesa pode ser interpretada em fases históricas associadas à transição de um país agrário para uma sociedade majoritariamente urbana, ao congregar reformas institucionais, inovação tecnológica e aprimoramento infraestrutural, com forte protagonismo do Estado na coordenação entre finanças públicas, empresas estatais e esfera privada. Evidenciam-se ganhos sociais expressivos, como aumento da expectativa de vida, erradicação da pobreza extrema e melhorias nas condições urbanas, bem como mecanismos específicos de controle sobre o mercado imobiliário que distinguem o “consumo” do “investimento” habitacional. Conclui-se que a experiência chinesa configura uma alternativa ao planejamento orientado pelo e para o mercado, algo que suscita uma agenda de pesquisa sobre os desdobramentos socioespaciais dessa forma particular de planejar as cidades.

**Palavras-chave:** Nova Economia do Projeto; Planejamento urbano; Desenvolvimento econômico; China.

**Abstract:** This article presents a discussion on the process of urbanization in China, grounded in the articulation among the state, market, and society within the framework of a “New Projectment Economy”. The main objective is to understand the state mechanisms that guide urban expansion and the mitigation of sectoral crises, highlighting the state’s role as a guiding agent of economic development and as a catalyst for the socialization of investments rather than privatizing logics. Methodologically, the article adopts a mixed quantitative-qualitative approach, based on bibliographic, documentary, and statistical research. Both

national and international academic databases (Scielo, CAPES Journals, Scopus, ScienceDirect, SpringerLink) were consulted, along with planning documents (relating, especially, to the Five-Year Plans), journalistic reports, and three main data sources (National Data/NBSC, DataBank/World Bank, and Our World in Data). The findings indicate that Chinese urbanization can be interpreted in historical phases associated with the transition from an agrarian country to a predominantly urban society, combining institutional reforms, technological innovation, and infrastructural improvement, with the state playing a decisive role in coordinating public finance, state-owned enterprises, and the private sector. The study reveals significant social gains, such as increased life expectancy, the eradication of extreme poverty, and improvements in urban conditions, as well as specific regulatory mechanisms in the real estate market that distinguish “consumption” from “investment” in housing. It concludes that the Chinese experience represents an alternative to market-driven and market-oriented planning, opening a research agenda on the sociospatial implications of this particular way of planning cities.

**Keywords:** New Projectment Economy; Urban planning; Economic development; China.

**Resumen:** Este artículo presenta una discusión sobre el proceso de urbanización en China, sustentada en la articulación entre Estado, mercado y sociedad, en el marco de una “Nueva Economía del Projectamiento”. El objetivo central consiste en comprender los mecanismos estatales que orientan la expansión urbana y la compensación de crisis sectoriales, poniendo de relieve el papel del Estado como agente regulador del desarrollo económico y de la socialización de las inversiones en contraposición a las lógicas privatizadoras. Desde el punto de vista metodológico, el estudio adopta un enfoque cuantitativo, basado en un relevamiento bibliográfico, documental y estadístico. Se consultaron bases académicas nacionales e internacionales (Scielo, Periódicos CAPES, Scopus, ScienceDirect, Springerlink), documentos de planificación (especialmente los Planes Quinquenales), reportajes periodísticos y tres bases de datos principales (National Data/NBSC, DataBank/Banco Mundial y Our World in Data). Los resultados indican que la urbanización china puede interpretarse en fases históricas asociadas con la transición de un país agrario a una sociedad mayoritariamente urbana, al integrar reformas institucionales, innovación tecnológica y perfeccionamiento infraestructural, con un fuerte

protagonismo del Estado en la coordinación entre las finanzas públicas, las empresas estatales y la esfera privada. Se evidencian logros sociales significativos, como el aumento de la esperanza de vida, la erradicación de la pobreza extrema y la mejora de las condiciones urbanas, así como mecanismos específicos de control del mercado inmobiliario que distinguen el “consumo” de la “inversión” habitacional. Se concluye que la experiencia china constituye una alternativa al planeamiento orientado por y para el mercado, lo que suscita una agenda de investigación sobre los desdoblamientos socioespaciales de esta forma particular de planificar las ciudades.

**Palabras clave:** Nueva Economía del Projectamiento; Planificación urbana; Desarrollo económico; China.

## Introdução

O processo de urbanização na China, acelerado a partir da segunda metade do século XX, configura um dos mais rápidos e massivos padrões de expansão urbana em escala global: somente entre os anos de 2000 e 2015, a taxa anual de crescimento das áreas urbanizadas atingiu 2,5%, saindo de 211.756 km<sup>2</sup> para 291.747 km<sup>2</sup> (Zhou *et al.*, 2022). Não obstante ao contínuo crescimento, o total de população urbana superou o total de população rural apenas em 2011, alcançando, em 2024, o expressivo número de 943.500.000 residentes cidadãos (NBSC, 2025). Tem-se, portanto, uma incipiente proeminência da dimensão urbana no conjunto da sociedade, o que engendra profundas modificações sociais, econômicas e políticas.

Contudo, ao nos remetermos especificamente à formação econômico-social chinesa, deve-se ter atenção ao papel fundamental do Estado, em sua capacidade de atuação enquanto “agente político dominante” (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023). Entender a urbanização na China perpassa a compreensão das singularidades que caracterizam um modelo civilizatório próprio, onde a economia de mercado se combina ao planejamento com forte orientação socialista (Boa Nova, 2024). Neste sentido, a iniciativa privada encontra-se dependente das decisões estatais (Girardi, 2024b) e conforma, não o polo hegemônico, mas o eixo auxiliar da economia nacional.

Essa particularidade nos proporciona um duplo viés de interpretação: ao passo que possibilita a visualização de alternativas ao modelo liberal e às lógicas de mercado, igualmente suscita estranhamento às análises que se pautam, quase exclusivamente, nas experiências ocidentais de urbanização, tenham sido elas implementadas no centro ou na periferia do capitalismo. Assim, urge se considerar a centralidade da questão nacional na China (Jabbour,

2020) e as estratégias utilizadas no que tange ao enfrentamento das diversas problemáticas advindas deste *boost* urbanizador (fluxos migratórios, mercado de trabalho, custo de vida, demanda por moradia digna etc.).

Posto isso, o principal objetivo deste artigo busca empreender uma leitura acerca dos mecanismos estatais implementados na condução da expansão urbana e na equalização de crises setoriais desenvolvidos na China. Em outras palavras, pretende-se apontar a função balizadora do Estado na condução da urbanização chinesa, sem desconsiderar as especificidades de sua formação econômico-social. Quais seriam as potencialidades de um planejamento urbano efetivamente dirigido no âmago desta complexidade estrutural e organizacional?

Sob a perspectiva do percurso metodológico, optou-se pela realização de uma pesquisa quanti-qualitativa pautada em levantamentos bibliográficos, documentais e estatísticos. A captação de materiais acadêmicos esteve baseada na prospecção em bases nacionais (*Scielo Brazil* e Periódicos CAPES) e internacionais (*Scopus*, *ScienceDirect* e *Springerlink*), por meio do uso de palavras-chave e de filtros temáticos. Estes materiais permitiram, em adendo à confecção do arcabouço teórico e conceitual do artigo, uma aproximação a determinados conjuntos de dados não disponibilizados em plataformas *open source*.

Em relação aos documentos consultados, destacam-se aqueles voltados à análise dos Planos Quinquenais, sobretudo a partir do 10º PQ (2001-2005), recorte em que se observa uma maior preocupação face ao incremento da urbanização no país (Barbosa, 2025). Destacam-se, ainda, as reportagens jornalísticas veiculadas, principalmente, nos portais *Xinhua*, Monitor Mercantil e Instituto Ibrachina, que permitiram um acompanhamento mais detalhado do impacto da urbanização no cotidiano da população e na divulgação de diretrizes e ações pelo governo central da República Popular da China (RPC).

Em referência aos dados, foram utilizados três *databases* principais: o *National Data*, sistematizado pelo *National Bureau of Statistics of China* (NBSC); o *DataBank*, organizado pelo Banco Mundial; e o *Our World in Data*, compilado pela organização britânica *Global Change Data Lab*, em parceria com a Universidade de Oxford. De forma sintética, pretende-se esboçar um entendimento que parta da “urbanização com características chinesas” e conflua no planejamento urbano como vetor de racionalidade e desenvolvimento, alçando objetivos que superem a hegemônica espiral incessante de acumulação. Por fim, são estabelecidas algumas considerações sobre os resultados obtidos, com rápidos apontamentos sobre as possibilidades futuras de novas pesquisas e eixos temáticos de investigação.

### **A urbanização com características chinesas: política, economia e expansão urbana**

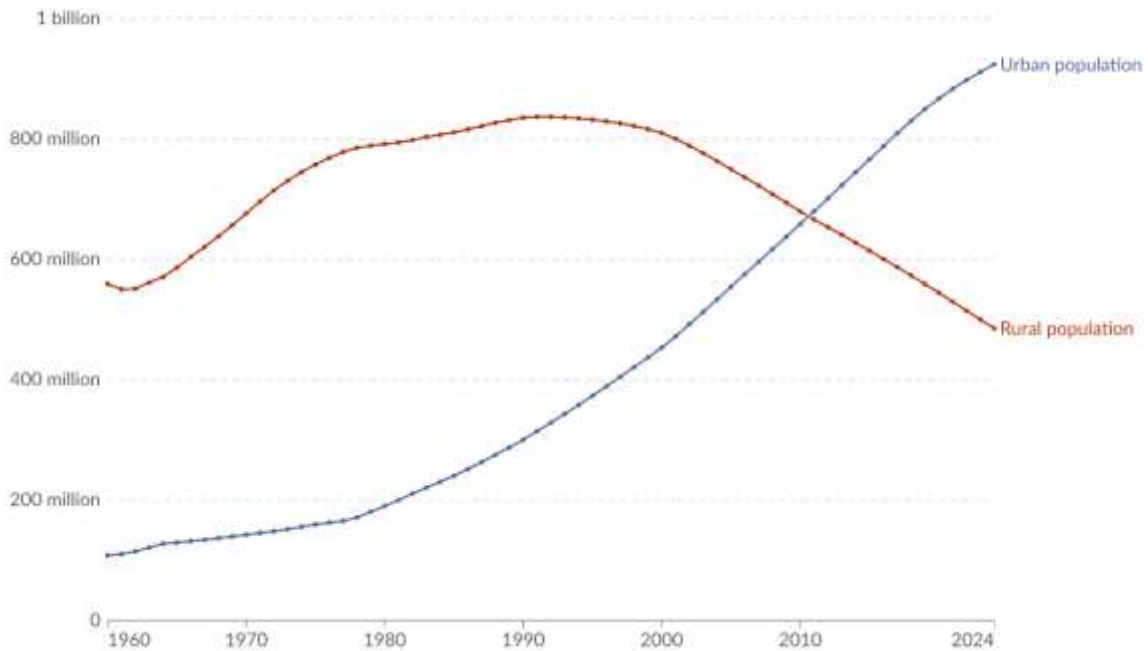
O surgimento de cidades na China, embora tenha conhecido expressiva dinamização nos últimos anos, não se configura em fenômeno totalmente novo. Em seu forte vínculo com a agricultura, diversas cidades já haviam sido estabelecidas na planície contígua ao rio Wei, durante a Dinastia Shang, aproximadamente entre os anos de 1.600 e 1.046 a.C. (Chaolin; Lingqian; Cook, 2017). O caráter milenar da organização social chinesa revela uma excepcional complexidade, permeada por múltiplas ressignificações que acompanharam, em última instância, as modificações nas estruturas de governo, em âmbito regional e nacional.

O triunfo do movimento revolucionário, com a criação da RPC em 1949, estabeleceu as bases de um novo Estado, orientado aos objetivos de transformação socialista (Girardi, 2024a). Esse processo se responsabilizou por subverter a usurpação colonialista empreendida, sobretudo, pelo Japão e pela Grã-Bretanha, que sustentaram um período sucessivo de instabilidade: por exemplo, no período anterior a 1949, a expectativa de vida média da população chinesa não ultrapassava os 35 anos de idade (Boa Nova, 2024).

Em razão da proeminência da dimensão rural e da agricultura na tradicional cultura chinesa, os fluxos de mobilidade campo-cidade não se estabeleceram de maneira inequívoca, a despeito da institucionalização da República Popular (Deng, Hoekstra e Elsinga, 2017). Deng, Hoekstra e Elsinga (2017) lembram que a preocupação acerca do controle sobre os fluxos migratórios campo-cidade sempre representou um interesse estratégico aos diferentes regimes administrativos na China, com as primeiras políticas de registro de residentes sendo implementadas em 200 d.C. Isto, portanto, caracteriza um verniz histórico e cultural que se reflete no atual planejamento urbano-regional chinês.

Mesmo após 1949, a China continuou a ser, por um período significativo de tempo, eminentemente um país de economia agrícola (Jabbour, 2020; Girardi, 2024a). A Figura 1 mostra a configuração de uma curva ascendente que paulatinamente superpõe a curva relativa à população rural, algo materializado no ano de 2011, 62 anos após o estabelecimento da RPC.

**Figura 1** – Evolução: população urbana e população rural registradas na China (1960-2024)



**Fonte:** *Our World in Data*, com base em dados do Banco Mundial (2025).

É importante ressaltar, ainda por meio da observação da Figura 1, que a projeção ascendente da curva de população urbana ganha maior vigor a partir do final da década de 1970, momento de implementação das políticas de Reforma e Abertura, mais precisamente adotadas por Deng Xiaoping em 1978 (Jabbour, 2020). A título de exemplificação, a taxa de urbanização da população chinesa passou de 18%, no ano de 1978 (Costa; Schimdt, 2024) para 67% em 2024<sup>1</sup> (NBSC, 2025). Em adendo, a construção de áreas urbanizadas nos distritos municipais chineses cresceu, pelo menos, oito vezes desde 1978 (Zhong *et al.*, 2022).

De acordo com Chaolin, Lingqian e Cook (2017), poderíamos esboçar uma sistematização do processo de urbanização na China, a partir de 1949, subdividindo-o em quatro fases: a primeira pautada na reconstrução econômica e no direcionamento através da industrialização (1949-1977); a segunda baseada na reforma econômica e no direcionamento através do mercado (1978-1995); a terceira vinculada à globalização econômica e no direcionamento de uma urbanização global-local (1996-2010); a quarta sustentada no

<sup>1</sup> Vale destacar que, a despeito deste crescimento exponencial, o nível de urbanização da população chinesa ainda se encontra relativamente distante da média registrada pelos países considerados desenvolvidos, que apresentam taxas em torno de 80% (Chaolin; Lingqian; Cook, 2017). Esta comparação, entretanto, não considera a disparidade dos valores absolutos.

direcionamento da urbanização por uma “economia da terra”, iniciada com maior ênfase na década de 2010.

A primeira fase foi marcada por uma profunda reforma na propriedade da terra, abolindo os resquícios feudais, e pela orientação do Estado ao desenvolvimento industrial, sobretudo da indústria de base, com apoio técnico e financeiro da União Soviética (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017). Constituiu-se pela implementação dos quatro primeiros Planos Quinquenais (PQs), sob a liderança de Mao Tsé-tung, responsáveis pelo assentamento das bases que permitiram a remodelação da administração econômica estatal, por meio da planificação (Barbosa, 2025).

Esse período, todavia, foi igualmente caracterizado por equívocos e desvios de rota ocasionados pela situação de atraso econômico e de cerco geopolítico intenso (Boa Nova, 2024). A cisão sino-soviética e, especialmente, as políticas do “Grande Salto Adiante” e da “Grande Revolução Cultural Proletária” materializaram dois movimentos de “anti-urbanização” (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017), uma vez que promoveram a inversão dos fluxos migratórios e da expansão urbana, voltando a concentrar a população chinesa em torno do desenvolvimento de áreas rurais.

Essa inflexão se remete, em grande medida, a um período de ajustamento conformado entre os anos de 1963 e 1965, com a não vigência de planos quinquenais, onde os esforços se centraram na reorganização da economia nacional. Neste momento, o foco na indústria pesada foi desacelerado e a atenção se voltou “[...] para a agricultura como pilar da economia nacional e investiu-se no desenvolvimento da indústria leve a fim de resolver problemas básicos da população, como alimentação e vestuário” (Barbosa, 2025, p. 37).

A segunda fase, por sua vez, relaciona-se à mudança no comando do Partido Comunista da China (PCCh) após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, o que permitiu a ascensão de novas lideranças, capazes de estabelecer novas diretrizes na busca de um desenvolvimento econômico que estivesse mais sincronizado com as limitações e potencialidades concretas do país. Sob o comando de Deng Xiaoping, são estabelecidas, por exemplo, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) com o intuito de absorver capitais excedentes advindos, sobretudo, de Hong Kong e Taiwan (Girardi, 2024a).

Estas ZEEs foram implementadas, de início, nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, visando a atração de capitais e a absorção de tecnologia estrangeira, com base na instalação de empresas multinacionais e na potencialização de seu caráter exportador (Rosa, 2024). As ZEEs “[...] originaram-se das ‘Quatro modernizações’ pensadas originalmente por

Zhou Enlai, as quais foram implementadas por Deng Xiaoping em 1978, após sua reabilitação” (Rosa, 2024, p. 98).

Neste período, ocorreu a institucionalização de um novo Sistema de Responsabilidade Familiar<sup>2</sup> que permitiu um rápido incremento da produtividade agrícola, permitindo um maior remanejamento da força de trabalho para atividades não-agrícolas (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017). Além das ZEEs, a criação das *Townships and Village Enterprises* (TVEs)<sup>3</sup> suscitou uma articulação econômica em escala regional, através da combinação entre o mercado e o planejamento descentralizado de diversos setores (Boa Nova, 2024).

As TVEs surgiram em aglomerações consideradas de menor porte em comparação a um centro urbano, mas com adensamento superior a uma vila, dinamizando cerca de 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial em escala nacional (Boa Nova, 2024). A segunda fase esteve vinculada à execução do 5º, 6º, 7º e 8º PQs, marcados pela busca de superação da principal contradição existente na sociedade chinesa: “[...] a contradição entre uma força produtiva atrasada e a demanda popular por uma constante melhoria de sua vida material e cultural” (Rosa, 2025, p. 41-42).

Enquanto exemplificação, o 6º PQ (1981-1985) já estabelecia, em suas metas, uma preocupação central no controle do crescimento populacional, definindo diretrizes para a alocação da força de trabalho nas cidades (Barbosa, 2025). Este apontamento reflete a concepção de um planejamento urbano-regional de longo prazo, uma vez que, entre 1978 e 1993, o número de cidades cresceu de 193 para 570, com a taxa de urbanização saindo da faixa dos 18% em 1978, para 28% em 1993 (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017).

A terceira fase externalizou o sucesso da implementação de um “socialismo de mercado” na China (Jabbour, 2020), fenômeno esse definido por:

[...] a *complex mode of production* that reflects the survival and strengthening of traditional socialist type institutions under the scope of a national strategy with a socialist character working and directing the national and social body in the *social formation* (where different modes of production not contemporaneous live in territorial and social contemporaneity) under the hegemony of the large stateowned socialized, backbone of the economy and Chinese society itself (Jabbour; Dantas, 2017, p. 793, grifos no original).

---

<sup>2</sup> Este sistema regula os direitos de uso sobre a terra, pautado na divisão e na distribuição igualitária entre todos os membros da localidade, sendo ajustado periodicamente. A terra não pode ser transferida, negociada ou utilizada fora das diretrizes indicadas (Chaolin; Lingqian; Cook, 2017).

<sup>3</sup> As *Townships and Village Enterprises* (empresas municipais e de aldeia) configuraram empresas coletivas ou de propriedade privada estabelecidas em áreas rurais da China, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico chinês (Espíndola; Sampaio; Medeiros, 2024).

Esse período se alicerçou na diversificação da produção industrial, no fortalecimento das trocas comerciais em escala global, no desenvolvimento do setor terciário (com especial destaque para a esfera financeira da economia), na ampliação de uma classe média urbana centrada no adensamento de grandes cidades de caráter metropolitano e de cidades globais, concatenadas ao processo de globalização (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017).

Foi, em complemento, incisivamente marcada pela morte de Deng Xiaoping, em 1997, e pela liderança de Jiang Zemin, responsável pelo estabelecimento da “Tríplice Representatividade” que defendia diretrizes voltadas à máxima produtividade, à elevação cultural e à defesa dos interesses coletivos da população (Barbosa, 2025). Ainda de acordo com Rosa (2025), vinculou-se, mais diretamente, à execução do 9º, 10º e 11º PQs, com forte orientação ao enfrentamento dos gargalos infraestruturais (sobretudo nos setores de energia, transportes e comunicação) e ao aprimoramento da modernização de empresas-chave, com foco no desenvolvimento de tecnologias de informação.

O 10º PQ (2001-2005), que coincide com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>4</sup> e na elevação de Hu Jintao à liderança da RPC, exemplifica bem a nova centralidade que o processo de urbanização adquire no planejamento nacional: o documento definia diretrizes que objetivavam a redução de disparidades regionais e o incremento qualitativo das áreas urbanas, pelo aperfeiçoamento dos serviços de saúde e de educação, além da preocupação com a empregabilidade de trabalhadores urbanos e com o esboço de uma “urbanização verde” (Barbosa, 2025).

Esse período foi marcado pela institucionalização de políticas voltadas à proteção social, a exemplo do Seguro Médico Básico para Residentes Urbanos, implementado de forma embrionária em 2007 (Maia, 2023). O 11º PQ (2006-2010) passou a estabelecer, de forma mais detalhada, metas orientadas à qualidade de vida da população urbana, com objetivos direcionados à empregabilidade, à taxa de desemprego e à renda *per capita* (Barbosa, 2025), o que indica o maior nível de abordagem das problemáticas desencadeadas pelo substancial crescimento das cidades.

A quarta fase, enfim, coloca-se diante um cenário desafiador: na medida em que se consolida a urbanização e a expansão territorial das áreas urbanas, a terra começa a se tornar um recurso mais escasso em comparação à própria oferta de trabalho, algo que interfere na

---

<sup>4</sup> A China tornou-se oficialmente membro da Organização Mundial do Comércio em 11 de dezembro de 2001. Informação disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/countries\\_e/china\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/china_e.htm).

sustentabilidade do sistema de financiamento público no âmbito dos governos locais<sup>5</sup> (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017). Isto leva em consideração, inclusive, a expressiva concentração da urbanização na porção leste do país, sobretudo em cidades litorâneas, localidades historicamente selecionadas pelo processo de industrialização e de desenvolvimento econômico na China.

Em 2013, Xi Jinping ascende à presidência da RPC e, sob sua liderança, o 12º, 13º e 14º PQs passam a ter um olhar ainda mais apurado sobre o aspecto do desenvolvimento tecnológico e da promoção de iniciativas inovadoras, com ênfase no bem-estar da população e no gerenciamento dos recursos ambientais (Barbosa, 2025). Conforme enfatiza Barbosa (2025), evidencia-se o objetivo de se expandir os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na indústria 4.0 e na promoção de uma economia mais sustentável, substituindo a “quantidade” pela “qualidade”.

O 14º PQ (2021-2025) denota uma importante mudança na estratégia de desenvolvimento chinês: o do reforço de uma circulação dual, tendo a dinamização da circulação doméstica como pilar essencial (Barbosa, 2025). O redirecionamento ao aspecto interno incorre, depois, em se considerar os fluxos de financiamento e de investimento público que, atualmente, possuem forte vínculo com o sistema de taxas sobre o uso da terra (Chaolin, Lingqian e Cook, 2017). Temos, assim, uma estrutura de organização do Estado que extrapola a simples regulação, posto que efetivamente direciona os rumos do crescimento e do planejamento urbano em diferentes escalas de atuação.

### **A estrutura estatal chinesa como vetor de racionalidade: uma “Nova Economia do Projeto” aplicada à dimensão urbana**

Planejar, orientar e acompanhar um processo de urbanização que atinge, na atualidade, quase 1 bilhão de pessoas já seria, em si, um grande esforço, com vasto dispêndio de recursos financeiros e humanos. De fato, a proporção da expansão urbana na China enseja diversas reflexões em torno daquilo que se pode conceber enquanto “planejamento”, seja ele mais ou menos pautado na intervenção do Estado. Embora nossas lentes de análise estejam, compreensivamente, calibradas por uma visão ocidental de entendimento do urbano, torna-se

---

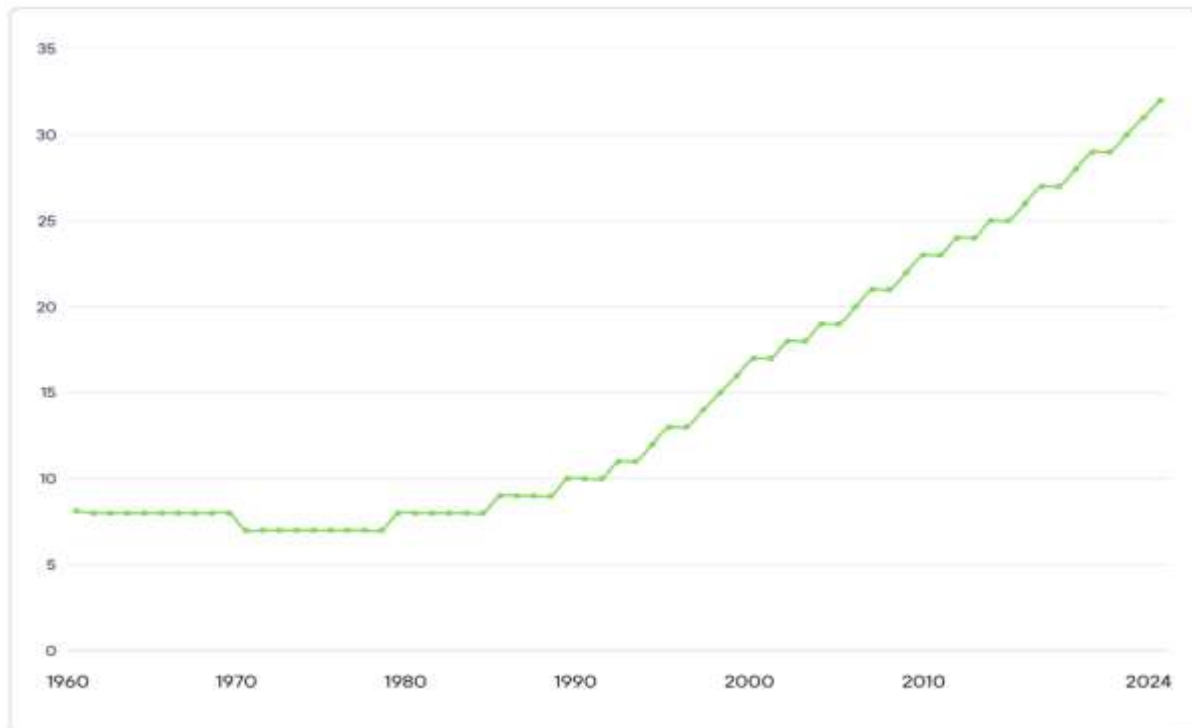
<sup>5</sup> Com a reforma realizada em 1994, a repartição de recursos entre o governo central e as províncias (em bases contratuais definidas por cotas de déficit ou superávit) foi substituída por uma maior divisão de responsabilidades entre estas entidades administrativas, conformando maior autonomia em relação à cobrança de taxas e de tarifas (Chaolin; Lingqian; Cook, 2017).

necessário um maior compromisso com a apreciação dos mecanismos concebidos e implementados no território chinês.

Se, no período anterior ao da criação da RPC, a expectativa de vida média da população girava em torno dos 35 anos, em 2019, esse indicador alcançou a marca dos 77 anos, 5 anos acima da média global registrada (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020). Em sua nova característica urbana, o mercado de trabalho nas cidades recebeu uma atenção particular, sendo, conforme destacam Cambuhy e Siqueira Neto (2020), abertos, anualmente, cerca de 10 milhões de postos de trabalho urbanos. A pujança econômica e a ascensão social reverberam na atratividade exercida pelas grandes cidades, muitas delas metrópoles com influência global.

Em 2024, aproximadamente 32% da população chinesa residia em aglomerações urbanas com números superiores a 1 milhão de residentes. Embora estes números, em valores absolutos, aparentem certa timidez, dada a escala populacional chinesa, sua apreciação demonstra um componente qualitativo interessante: a evolução constante e gradual a partir da década de 1990 coincide à terceira fase da urbanização, anteriormente detalhada, que esteve caracterizada pela maior conectividade entre o processo de expansão urbana no país e a inserção da China em dinâmicas de mercado globais, com efeitos nos setores industrial, comercial e de serviços. Essa tendência pode ser melhor observada na Figura 2.

**Figura 2** – Evolução: porcentagem da população chinesa residindo em aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de pessoas (1960-2024)



**Fonte:** Elaboração própria, com base em dados obtidos no DataBank – Banco Mundial (2025).

Em adendo, pode-se reconhecer um outro aspecto-chave de entendimento: a estabilidade política na China reverbera na dimensão urbana e nos resultados do planejamento. O único período de redução do crescimento da população concentrada nestas aglomerações urbanas, tendo-se em análise o recorte 1960-2024, foi no intercurso da década de 1970, justamente aquele marcado pela transição entre Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping. Este momento histórico se vincula ao 4° e ao 5° PQs que foram, em última instância, afetados pela instabilidade política, acarretando o reajuste temporário das metas definidas e dos investimentos públicos programados (Barbosa, 2025).

Essa breve ruptura institucional teve como epicentro a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, o primeiro ano de execução do 5° Plano Quinquenal, desencadeada pela destituição de Deng pelo “Bando dos Quatro”, ala oposicionista liderada por membros diretamente vinculados ao legado político de Mao (Barbosa, 2025). Em suma, essa fratura na “[...] administração do país surtiu efeitos negativos sobre sua economia: em 1976, a renda nacional decaiu 2,6% e o valor total da produção industrial regrediu 1,3%, ambos em relação ao ano anterior (Barbosa, 2025, p. 41). Com o fim da “Revolução Cultural” e o esmagamento desta ala pelo PCCh, no final de 1976, a China volta a trilhar um caminho de estabilidade (Barbosa, 2025).

A efetivação das políticas de Reforma e Abertura, a partir de 1978, delineou uma maior continuidade dos objetivos estratégicos, baseados em inovações institucionais de um novo modelo econômico planejado (Girardi, 2024a). Em síntese, podemos afirmar que:

[...] o gradualismo e o caráter experimental das reformas não somente elevam a percepção da centralidade do papel executor e mediador do Estado, mas também reforçam a percepção de novas formas em que o planejamento econômico foi se desenvolvendo ao longo das reformas econômicas chinesas. Eis um elemento a ser mais bem analisado: o papel do planejamento, em suas diferentes formas, ao longo de todo o processo, deve ser compreendido de modo abrangente e em concomitância com a evolução institucional do então chamado “socialismo de mercado” (Jabbour; Paula, 2018, p. 3).

Em grande medida, os mecanismos que permitem esse novo modelo econômico se sustentam através da fundamental complementariedade estabelecida entre o estatal e o privado (Jabbour, 2020), ou mais precisamente, na imbricação entre instituições, sistema financeiro público e grandes conglomerados estatais na condução do desenvolvimento da nação chinesa (Jabbour; Paula, 2018). De fato, o Estado passou a direcionar, especificamente neste modelo, o processo de acumulação ao flexibilizar, com destacado pragmatismo, os limites institucionais com o objetivo de responder e sanar as necessidades reais de sua população (Jabbour; Paula, 2018; Girardi, 2024b).

Em razão de sua originalidade, poderíamos extrapolar a compreensão deste modelo como um verdadeiro “novo modo de produção”, teoricamente vinculado à estruturação de uma Nova Economia do Projeto (NEP), onde a planificação econômica toma para si um novo paradigma (Jabbour; Dantas, 2021). Neste sentido, a NEP configura uma profunda mudança qualitativa da planificação, na medida em que deixa lentamente de ser “[...] compatível ao mercado para ser geradora de mercado futuro voltado à solução de grandes óbices que afligem a contemporaneidade” (Jabbour; Dantas, 2021, p. 305). Vista sob o olhar da totalidade, a NEP encaminha direcionamentos aos diversos aspectos da formação econômico-social chinesa, com implicações na complexidade urbana:

A maxirracionalização do processo de produção é o caminho que liga a superação, mesmo que muito lenta e em remota possibilidade futura, de uma economia nucleada pelo mercado a outra pelo projeto produtor de riqueza e utilidade voltada ao bem comum. O exemplo do crescimento exponencial da indústria verde na China, o projeto futuro de uma cidade de 12,5 milhões de habitantes (Shenzen) são provas das possibilidades apontadas por nós com o advento da **Nova Economia do Projeto** (Jabbour; Dantas, 2021, p. 306-307, grifo no original).

Portanto, para além de uma regulação normativa ou da imposição de restrições seletivas, o planeamento vinculado à NEP prioriza a identificação de possibilidades, a médio e longo prazo, para a adequação do crescimento urbano às necessidades de reprodução social dos cidadãos. Sob uma perspectiva infraestrutural, isto significa afirmar que o avanço da urbanização na China se baseia, de um lado, pela racionalização dos processos de produção e de circulação e, por outro lado, pela apropriação social de grandes bens e investimentos públicos (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Essa apropriação social do planeamento urbano ratificou uma série de investimentos que propiciaram um maior nível de integração entre grandes núcleos metropolitanos, por meio do provimento de infraestruturas de saneamento, transportes, energia, telecomunicações e construção civil (Girardi, 2024a). O aumento do espaço urbano construído ensejou modificações relevantes nas dinâmicas relativas à habitação, por exemplo, algo que se coloca como elemento crucial na equalização dos anseios da população.

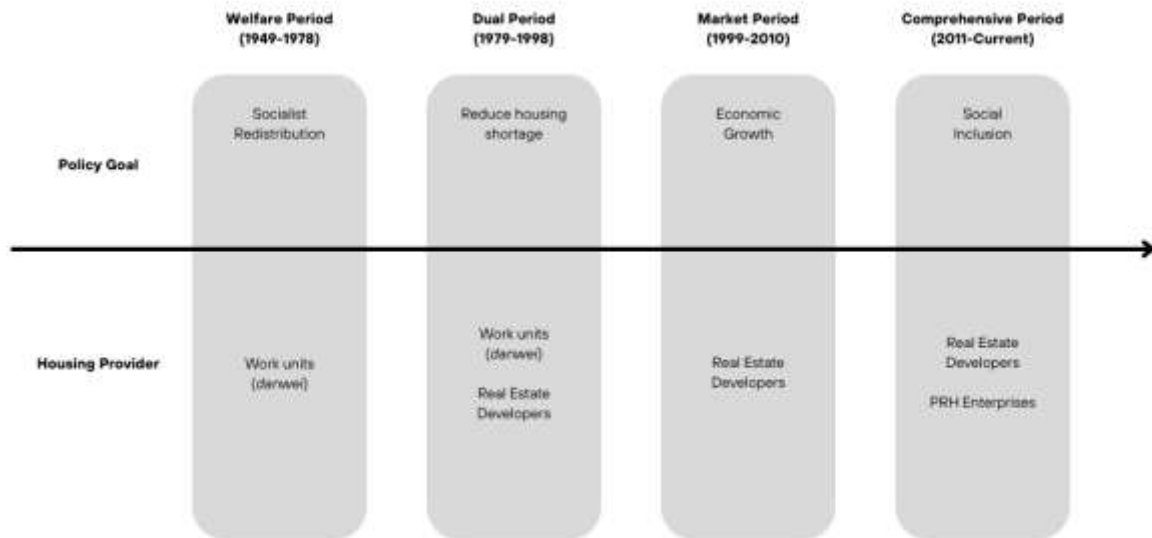
Deng, Hoekstra e Elsinga (2017) estabeleceram, em seu estudo, uma periodização dos empreendimentos habitacionais na RPC, com marcos temporais muito semelhantes daqueles apresentados nas quatro fases da urbanização chinesa. Os autores demonstram a centralidade dos objetivos traçados para as políticas de habitação, que acompanharam as mudanças nas relações efetivadas entre o estatal e o privado. A maior participação de empresas relacionadas ao setor imobiliário, sobretudo a partir da década de 1990, não extinguiu a abordagem das problemáticas sociais, tais como o encarecimento dos aluguéis e a maior demanda por residências destinadas à compra e venda.

Embora a questão habitacional não se conforme no foco do presente artigo, ela nos evidencia a permeabilidade do Estado em relação ao adensamento urbano na China contemporânea, desde a constituição das unidades de trabalho (*danwei*)<sup>6</sup> no período imediatamente posterior ao triunfo da Revolução, até a inserção de empresas especializadas na construção e na manutenção de habitações destinadas ao subsídio de aluguéis sociais, conforme demonstrado na Figura 3. Os critérios de elegibilidade, no interior dos esquemas de aluguel social e de subsídios à moradia, inclusive, levam em consideração a demanda ocasionada pelos fluxos migratórios de trabalhadores (Deng; Hoekstra; Elsinga, 2017).

---

<sup>6</sup> “Prior to the economic reform in China, practically all urban workers were organized as part of a *danwei*, be it a factory, a store, a school, or a government office. The *danwei* organizations had multiple social, political, and economic functions, providing employees with a permanent ‘membership’ of life employment” (Xie; Lai; Wu, 2009, p. 3).

**Figura 3** – Periodização dos empreendimentos habitacionais na República Popular da China



**Fonte:** Adaptado de Deng, Hoekstra e Elsinga (2017).

De modo projetado, o governo central chinês interviu diretamente na condução do processo de urbanização, utilizando, inclusive, ferramentas fiscais e políticas de controle sobre a expansão urbana, ao priorizar o crescimento de cidades de porte médio (Girardi, 2024a). Conforme apontado, esses mecanismos não se limitam a diretrizes regulatórias (zoneamentos, leis de uso e ocupação etc.), mas incidem no próprio ritmo de desenvolvimento econômico, uma vez que o “[...] planejamento urbano-regional transformou-se em motor desse desenvolvimento, articulando o papel do Estado na coordenação dos grandes projetos com uma atuação direta de bancos e empresas públicas (GCEEs)” (Girardi, 2024b, p. 143).

Em linhas gerais, identifica-se uma inter-relação, especificamente materializada na China, entre a estrutura político-estatal e a esfera de mercado, em nível de complexidade que não encontra similitude nas experiências ocidentais de organização socioeconômica. Em vista de um melhor detalhamento, realizar-se-á a análise de alguns mecanismos responsáveis pela submissão de lógicas privatistas ao conjunto dos interesses coletivos e pela efetivação do Estado em seu papel de “socialização dos investimentos” (Jabbour; Paula, 2018).

## **O urbano em benefício da coletividade: a alternativa chinesa ao planejamento orientado pelo e para o mercado**

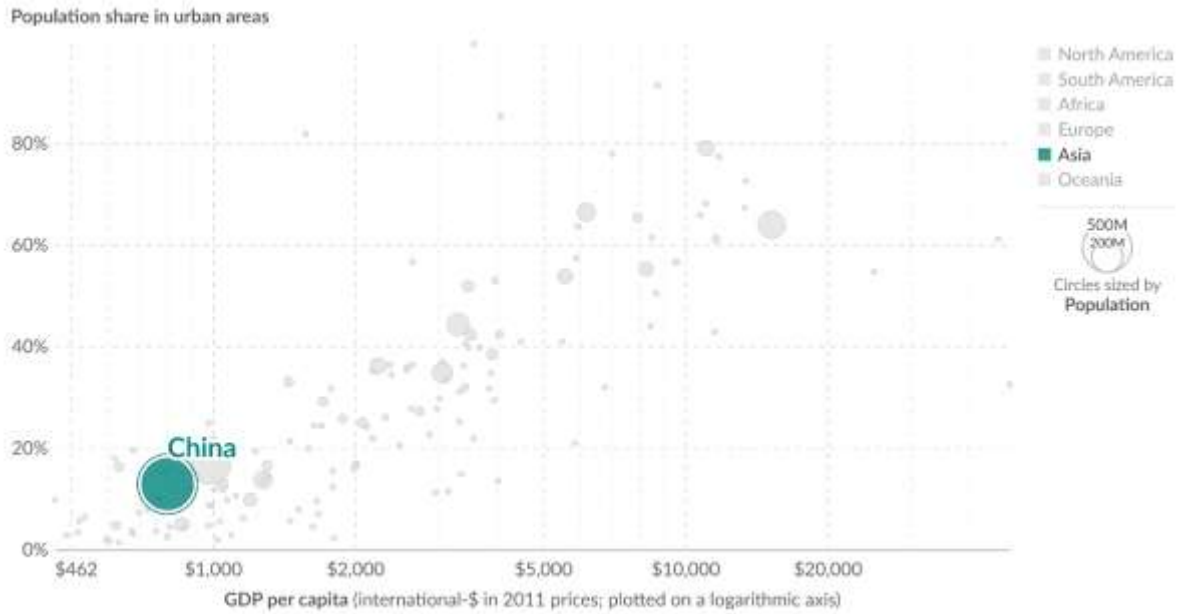
O processo de urbanização na China, em termos gerais, ainda guarda um forte impulso expansionista. Chaolin, Lingquian e Cook (2017), pautados em modelagens e simulações acerca da projeção de população urbana no país, estimaram que, até 2050, o nível de urbanização alcançaria uma marca próxima dos 75%. Isto, contudo, pode acontecer bem antes: os autores indicavam que, em 2025, esse nível estaria em torno de 64%, algo que se materializou já em 2021, de acordo com os dados disponibilizados pelo *National Bureau of Statistics of China* (NBSC, 2025).

O vínculo entre a expansão de áreas urbanizadas e o desenvolvimento econômico demonstra ter consolidado um novo paradigma socioespacial, na medida em que “[...] China’s emergent city-region governance can be appropriately understood as a state orchestrated rescaling process” (Wu, 2018, p. 1384). Torna-se essencial, portanto, pensar a relação existente entre o crescimento urbano e o aprimoramento das condições de reprodução social nas cidades chinesas, em diversos aspectos (renda, mobilidade, segurança etc.).

Percebe-se, por conseguinte, que a expansão observada na China acompanhou, grosso modo, o incremento de renda da população em geral, o que permitiu um cenário onde se identifica, de maneira concomitante à difusão do tecido urbano, conquistas sociais significativas, a exemplo da erradicação da pobreza extrema, anunciada em 2021 (Instituto Ibrachina, 2023). Aqui, torna-se relevante a consideração de alguns índices, em especial a interpretação do aumento de áreas urbanizadas em sincronia à elevação do PIB *per capita*.

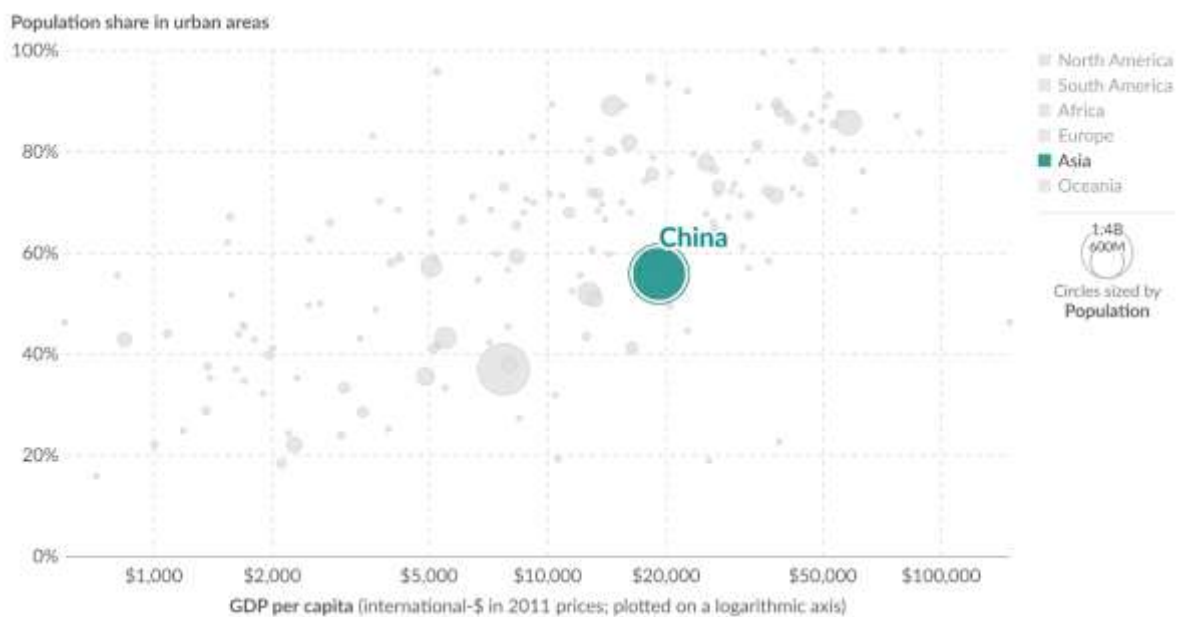
Em 1950, logo após a proclamação da RPC, aproximadamente 12% da população chinesa residia em áreas consideradas urbanizadas e, neste momento, o PIB *per capita* não ultrapassava os US\$ 800,00 (ver Figura 4). Em vias de comparação, um pouco mais de 1/3 da população brasileira (~36%) residia em áreas urbanizadas, neste mesmo ano, com PIB *per capita* estimado em cerca de US\$ 2.200,00. Em 2022, o contraste é significativo: a parcela de população urbana na China quintuplica e o PIB *per capita* cresceu em proporção superior a 20 vezes, com valor aproximado de US\$ 19.000, conforme demonstrado na Figura 5.

**Figura 4** – População residindo em áreas urbanizadas vs PIB *per capita* na China (1950)



**Fonte:** *Our World in Data*, com base em dados do *History Database of the Global Environment* e do *Maddison Project Database* (2023).

**Figura 5** – População residindo em áreas urbanizadas vs PIB *per capita* na China (2022)



**Fonte:** *Our World in Data*, com base em dados do *History Database of the Global Environment* e do *Maddison Project Database* (2023).

De forma geral, concorda-se com Boa Nova (2024, p. 224), ao afirmar que:

Desenvolvimento e Planejamento, ou melhor, o planejamento do desenvolvimento – econômico e social em seu aspecto territorial – se apresenta como a forma particular especial que expressa o conteúdo deste fenômeno. Ao passo que a afirmação da função estratégica de uma direção política correta conjuntamente com a conscientização por parte da sociedade de que o caminho para o desenvolvimento social deve, objetivamente, percorrer o caminho do desenvolvimento econômico, se torna uma das principais contribuições da experiência chinesa para os países em desenvolvimento.

Essa função estratégica do direcionamento da política fica mais evidente nos contextos de crise. Nestes momentos, os ciclos de inovação institucionais ganham força, como aconteceu a partir do desencadeamento da crise financeira global de 2008 (Jabbour; Dantas, 2021) ou da crise sanitária envolta na disseminação do vírus SARS-COV-2, mundialmente relacionada à pandemia de COVID-19 (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020). Em ambos os casos, o Estado interveio, munido de seu papel de investimento, na equação dos desequilíbrios conjunturais e na flexibilização adaptativa de seus mecanismos de planejamento e controle.

Pode-se exemplificar, em referência à atuação estatal na crise de 2008, o lançamento de um pacote de investimentos orçado em 4 trilhões de *yuans*, com forte redirecionamento à infraestrutura de transportes que permitiu, em curto prazo, uma dinamização econômica voltada ao arrefecimento da oscilação negativa registrada pela esfera de mercado e, em longo prazo, o estabelecimento de bases sólidas a um projeto de integração macrorregional (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023), podendo hoje estar relacionado à Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI).

Em relação à pandemia de COVID-19, destaca-se a rápida adaptação observada ainda no primeiro semestre de 2020, redirecionando os esforços da estrutura estatal à conjunção entre o combate da doença e a conservação do desenvolvimento social e econômico, centrando investimentos na pronta retomada da produção agrícola e industrial, no controle dos preços, na manutenção das taxas de empregabilidade urbana, na continuidade dos fluxos comerciais e na estabilidade da renda média da população, com foco em promover um crescimento estável e de longo prazo (NBSC, 2020).

Este grau de adaptação revela, outrossim, a complexidade da estrutura política e da esfera de tomada de decisão inerente ao Estado chinês. Diferentemente do que se imagina, a partir da organização administrativa característica do Ocidente, a centralização do poder em torno do PCCh não tolhe as diferenciações locais e regionais, transformando o corpo de Estado em uma simples massa “personalista” e “autoritária”. Ao contrário:

O sistema político e administrativo do chinês [*sic*] tem demonstrado uma forte capacidade de inovação, flexibilidade e ajuste institucional. Em meio à descentralização e à cooperação entre várias entidades na governança local, é estabelecida uma rede para a prestação de serviços públicos. As relações centro-local estruturam e definem a cadeia de responsabilidades da intergovernabilidade vertical das relações província-condado e condado-município. A centralização política é combinada com descentralização administrativa, com amplos espaços de autonomia e inovação para os governos locais, mas também com ferramentas de controle através de padrões de seleção e nomeação de quadros (Maia, 2023, p. 135).

Ao projetar essa via de adaptação e resposta aos desafios que se colocam, no âmbito do planejamento, configura-se um verdadeiro “empreendedorismo estatal” na China (Wu, 2018) que, sob a dinâmica relação Estado-mercado-sociedade, estabelece uma governança específica através da organização espacial de bairros, cidades e regiões (Wu; Zhang, 2022). Trata-se, pois, de uma atuação mais profunda à perspectiva de regulação do mercado, uma vez que arregimenta os recursos da nação, em suas diversas escalas de materialização (das pequenas vilas às metrópoles globais), ao processo (coletivo) de desenvolvimento econômico e não ao processo (individual) de acumulação.

Cabe salientar, por fim, um ponto importante em conformidade ao ritmo de expansão urbana no território chinês: o do mercado imobiliário, sobretudo nas grandes aglomerações metropolitanas. Ante o aumento da demanda imobiliária, seja para consumo ou para investimento, disseminou-se o risco da formação de uma “bolha”. Sua existência, embora seja alardeada com certo nível de exagero e empolgação pela mídia hegemônica ocidental, vem sendo abordada pela estrutura estatal chinesa desde 2016, através do lema “casas são para se viver, não para especulação” (Zhou; Qiao; Guo, 2023).

Enquanto mecanismo de adaptação, o Estado chinês estabeleceu uma reforma gradual do mercado imobiliário através da separação entre “demanda para consumo” e “demanda para investimento”, baseado na execução de políticas orientadas à garantia do consumo e à supressão do investimento não vinculado ao uso direto (Zhou; Qiao; Guo, 2023). Com a implementação deste mecanismo, tornou-se possível observar, especialmente nas grandes cidades, que “[...]”

China’s overheated housing investment demand was effectively controlled, housing returned to the function of living, and the real estate market remained stable overall” (Zhou; Qiao; Guo, 2023, p. 2).

Todavia, é fato a necessidade de se ter em consideração que o desaquecimento do mercado imobiliário neste período possa ter relação com o contexto de crise pandêmica iniciado em 2020 (LI, 2022). Contudo, como bem nos lembram Cambuhy e Siqueira Neto (2020), em meados de maio do mesmo ano a transmissão local do vírus já havia sido praticamente zerada, o que acelerou o processo de reabertura das atividades econômicas em menor intervalo de tempo. A retomada da economia, sem induzir um reaquecimento descontrolado do mercado imobiliário, pode representar, em grande medida, o relativo sucesso destas políticas.

A diferenciação entre a constituição do “consumo habitacional” e do “investimento habitacional” pode ser melhor apreendida com a visualização da Tabela 1. Com ela, torna-se mais clara a busca por uma estabilização dos riscos relacionados ao mercado imobiliário, ao se tratar a questão habitacional não como uma ferramenta prioritária de investimento financeiro, mas como uma demanda real que afeta diversos segmentos sociais, sobretudo em áreas urbanas.

**Tabela 1** – Características do “consumo habitacional” e do “investimento habitacional”

<b>Classification</b>	<b>Housing consumption</b>	<b>Housing investment</b>
Aim	Residence (for holding)	Profit (for speculation)
Type	Necessity	Investment tool
Frequency of entering and exiting the market	Stable	Fast and frequent
Herd effect <sup>7</sup>	Obvious	Not obvious
Risk preference	Risk aversion	Risk seeking
Leverage ratio <sup>8</sup>	Low	High

<sup>7</sup> “Herding behaviour is a widespread phenomenon across investment regimes where many investors seem to follow other investors leading to poorer investment decisions and mass trading in one direction, causing market instability” (Singh *et al.*, 2023, p. 10). Quanto menos óbvio, previsível e controlável for esse efeito, maior o nível de impacto sobre a estabilidade do mercado.

<sup>8</sup> “For fund managers, leverage clearly provides some advantages. They will be able to purchase more real estate than the amount of capital they raised from investors. Generally, this will lead to a higher market share and to more fees. [...] Furthermore, leverage will give fund managers a bigger change on a higher than expected return, triggering a performance fee. [...] Finally, leverage helps the manager to be more flexible. This flexibility can be used to servisse clients with matters such as redemptions and dividends” (Van Der Spek; Hoorenman, 2011, p. 77). Em suma, o alto índice de alavancagem do “investimento habitacional” denota o forte vínculo com os movimentos de especulação imobiliária.

Response to price	When prices go up, demands go down and when prices go down, demands go up	When prices climb, demands expand, and when prices fall, demands decay
-------------------	---	--

**Fonte:** Zhou, Qiao e Guo (2023).

Numa rápida comparação com o cenário brasileiro, fica evidente a brutal contraposição dos reflexos materializados em cada país, na medida em que, no Brasil, a tendência é de se estabelecer perspectivas mercadofilas de planejamento e gestão urbanos, marcadas pela busca de uma “modernização” das cidades enfocada em torná-las mais competitivas, sob o ponto de vista empresarial, e não, necessariamente, melhores para se viver de uma forma socialmente mais justa e igualitária (Souza, 2010). Temos, assim, um planejamento orientado pelo e para o mercado, em suas múltiplas contradições, o que engendra a necessidade cada vez maior de se pensar alternativas concretas.

Neste contexto, enfatiza-se que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou sua previsão de crescimento para a economia chinesa em 2025, de 4,8% para 5,0%, ao destacar a notável resiliência do país, mesmo em períodos significativos de choques econômicos (Xinhua Silk Road, 2025). Dentre as múltiplas políticas macroeconômicas responsáveis por essa “resiliência”, o enfoque no setor imobiliário ganha destaque, com medidas ajustadas à realidade específica de cada cidade ou região, voltadas à revitalização dos recursos fundiários, ao refinamento da oferta de moradias subsidiadas pelo governo e ao apoio às necessidades de financiamento sustentável das empresas incorporadoras (Xinhua Português, 2025). Pode-se indicar, portanto, uma essencial complementariedade entre Estado, planejamento e desenvolvimento na condução da expansão urbana na China.

### **Considerações Finais**

Pode-se afirmar, a partir do exposto, que o processo de urbanização na China promove o estabelecimento de novas formas de se interpretar as possibilidades de inter-relação entre a estrutura de Estado, as lógicas de mercado e os mecanismos de planejamento, em escalas e ritmos de expansão dificilmente comparadas ao observado em outros países. As especificidades da formação econômico-social chinesa delineiam uma complexidade ímpar, posto que enfatizam uma dinâmica própria de direcionamento das políticas públicas e de orientação do desenvolvimento econômico, com a priorização dos benefícios coletivos e a socialização dos investimentos, nos marcos daquilo que se constrói, enquanto exercício conceitual, uma “Nova Economia do Projeto”.

A dimensão urbana ganha um renovado caráter na contemporaneidade chinesa e seus reflexos despertam o interesse de vários ramos de estudo, em diversas perspectivas de análise teórica e metodológica. Por exemplo, em relação à habitação e aos padrões de moradia, surgem pesquisas que objetivam entender a conexão entre crescimento urbano, valorização residencial e felicidade da população (Cheng *et al.*, 2020), ou elucidar o relativamente recente fenômeno de aquisição de múltiplas residências, sob viés institucional e cultural (Huang; Yi; Clark, 2020).

Outras interessantes ramificações também recebem destaque, como o impacto da residência urbana nos índices de fertilidade em escala nacional (Qiu, 2025) e os fluxos de mobilidade relativos ao mercado de trabalho urbano, tendo em consideração a transição rural-urbana consolidada nos últimos anos e os diferentes níveis de acesso à moradia (Ning; Huang; Ma, 2025). Ademais, as políticas de planejamento urbano são igualmente abordadas, com distinta curiosidade às estratégias de planejamento colaborativo nas cidades chinesas, envolvendo extensas redes de atores, vinculados à estrutura estatal, à iniciativa privada, ao terceiro setor e às comunidades locais, algo que evidencia a administração descentralizada destas políticas (Li *et al.*, 2025).

Diante desta miríade de fenômenos, um maior número de investigações acerca do processo de urbanização com características chinesas (e de seus desdobramentos) deve ser incentivado, em função da dinâmica de interação Estado-mercado-sociedade que possui, em seu âmago, a influência decisiva dos pressupostos correlatos ao “projeto” de uma nação, como enfatizou Xi Jinping em 2021, “moderadamente próspera em todos os aspectos”.

## Referências

BANCO MUNDIAL. **DataBank 2025**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

BARBOSA, Caique Djehdian. **Planos quinquenais chineses (1° ao 14°)**: um panorama introdutório sobre seu funcionamento, história e análise de sua evolução. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025. 98 p. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2025/09/17-Livro-Planos-Quinquenais-Chineses\\_2.pdf](https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2025/09/17-Livro-Planos-Quinquenais-Chineses_2.pdf). Acesso em: 04 fev. 2026.

BOA NOVA, Vitor Vieira Fonseca; JABBOUR, Elias Marco Khalil; CAMBUHY, Melissa Caroline. A Nova Economia do Projeto como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 69-93, mai./ago 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91766/53539>. Acesso em: 04 fev. 2026.

BOA NOVA, Vitor Vieira Fonseca. O planejamento urbano-regional chinês como eixo de desenvolvimento econômico e social. **Revista Entre-Lugar**, v. 15, n. 30, p. 203-227, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18773/10516>. Acesso em: 04 fev. 2026.

CAMBUHY, Melissa Caroline; SIQUEIRA NETO, João Francisco. Planejamento, inovação e consumo construindo a “sociedade harmoniosa” chinesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 270-295, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77492/44694>. Acesso em: 04 fev. 2026.

CHAOLIN, Gu; LINGQIAN, Hu; COOK, Ian G. China’s urbanization in 1949-2015: processes and driving forces. **Chinese Geographical Science**, v. 27, n. 6, p. 847-859, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11769-017-0911-9>. Acesso em: 04 fev. 2026.

CHENG, Zhiming; PRAKASH, Kushneel; SMYTH, Russell; WANG, Haining. Housing wealth and happiness in Urban China. **Cities**, v. 96, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275118318250>. Acesso em: 04 fev. 2026.

COSTA, Pierre Alves; SCHIMIDT, Lisandro Pezzi. Uma reflexão da reestruturação urbana em Xangai. **Revista Entre-Lugar**, v. 15, n. 30, p. 253-274, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18843/10518>. Acesso em: 04 fev. 2026.

DENG, Wenjing J.; HOEKSTRA, Joris S. C. M.; ELSINGA, Marja G. Redistribution, growth, and inclusion: the development of the urban housing system in P. R. China, 1949-2015. **Current Urban Studies**, v. 5, n. 4, p. 423-443, 2017. Disponível em: <https://aplusbe.eu/index.php/p/article/view/114/114>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projetamento na China. **Revista Princípios**, n. 171, p. 31-53, set./dez. 2024. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/574/213>. Acesso em: 04 fev. 2026

GIRARDI, Kayuã. Desenvolvimento regional na China no período de Reforma e Abertura. **Revista Entre-Lugar**, v. 15, n. 30, p. 228-252, 2024a. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18790/10517>. Acesso em: 04 fev. 2026.

GIRARDI, Kayuã. Estado chinês no século XXI: Nova economia do projetamento, combate à pobreza e ordenamento do território. **Revista Princípios**, n. 171, p. 126-145, set./dez. 2024b. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/469/218>. Acesso em: 04 fev. 2026.

GLOBAL CHANGE DATA LAB. **Our World in Data 2025**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

HUANG, Youqin; YI, Daichun; CLARK, William A. V. Multiple home ownership in Chinese cities: an institutional and cultural perspective. **Cities**, v. 97, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275118318201>. Acesso em: 04 fev. 2026.

INSTITUTO IBRACHINA. **No Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, saiba como a China conseguiu tirar 700 milhões de pessoas da linha da pobreza**. São Paulo, 17 out. 2023. Disponível em: <https://ibrachina.com.br/no-dia-internacional-da-erradicacao-da-pobreza-saiba-como-a-china-conseguiu-tirar-700-milhoes-de-pessoas-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the presente Chinese transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 789-807, oct./dec. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bjpe/article/view/95265/88730>. Acesso em: 04 fev. 2026.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20628/11853>. Acesso em: 04 fev. 2026.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **China: desenvolvimento e socialismo de mercado**. 1. ed. Florianópolis: LABEUR: GCN: CFH: UFSC, 2020. 150 p. Disponível em: [https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/elias\\_livro\\_PRONTO-1.pdf](https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/elias_livro_PRONTO-1.pdf). Acesso em: 04 fev. 2026.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 287-310, maio./jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8666451/27051>. Acesso em: 04 fev. 2026.

LI, Yini. The impact of COVID-19 on China’s real estate industry and the outlook for industry trends. **BCP Business and Management**, v. 34, p. 337-343, 2022. Disponível em: <https://bcpublication.org/index.php/BM/article/view/3034/2990>. Acesso em: 04 fev. 2026.

LI, Zhen; LIN, Yanliu; HOOIMEIJER, Pieter; MONSTADT, Jochen; HE, Junyao. The communicative turn in planning? Examining community planner’s role as a third actor in Beijing, China. **Cities**, v. 159, 2025. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026427512500085X>. Acesso em: 04 fev. 2026.

MAIA, Isis Paris. A China e o combate à pobreza: o caso das PPD (2016-2020). **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 19, n. 40, p. 117-143, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/10342/9661>. Acesso em: 04 fev. 2026.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Coordinative Efforts for Epidemic Control and Economic Development Delivered Notable Results with National Economy

Recovered Gradually in the First Half of 2020. **NBSC**, Beijing, 16 jul. 2020. Disponível em: [https://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202007/t20200716\\_1776211.html](https://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202007/t20200716_1776211.html). Acesso em: 15 dez. 2025.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook 2025**. Beijing: China Statistics Press, 2025. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2025/indexeh.htm>. Acesso em: 02 dez. 2025.

NING, Guangjie; HUANG, Wei-Chiao; MA, Junlong. Does homeownership impair employment? Evidence from migrant data in transitional China. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 12, n. 1057, p. 1-14, 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-025-05452-0>. Acesso em: 04 fev. 2026.

QIU, Tunye. Does urban housing affordability affect fertility in China. **Journal of Population Research**, v. 42, n. 47, p. 1-34, 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12546-025-09402-0>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ROSA, André Victor Mendes. O desenvolvimento da metrópole chinesa de Shenzhen como inferência da nova economia do projetamento. **Revista Princípios**, v. 171, p. 94-110, set./dez. 2024. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/476/216>. Acesso em 04 fev. 2026.

SINGH, Akshita; KUMAR, Shailendra; GOEL, Utkarsh; JOHRI, Amar. Behavioural biases in real estate investment: a literature review and future research agenda. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 10, n. 846, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-023-02366-7>. Acesso em: 04 fev. 2026.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

VAN DER SPEK, Maarten; HOORENMAN, Chris. Leverage: please use responsibly. **Journal of Real Estate Portfolio Management**, vol. 17, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10835547.2011.12089898>. Acesso em: 04 fev. 2026.

WU, Fulong. Planning centrality, market instruments: Governing Chinese urban transformation under state entrepreneurialism. **Urban Studies**, v. 55, n. 7, p. 1383-1399, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0042098017721828>. Acesso em: 04 fev. 2026.

WU, Fulong; ZHANG, Fangzhu. Rethinking China's urban governance: The role of the state in neighbourhoods, cities and regions. **Progress in Human Geography**, v. 46, n. 3, p. 775-797, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/03091325211062171>. Acesso em: 04 fev. 2026.

XIE, Yu; LAI, Qing; WU, Xiaogang. *Danwei* and social inequality in contemporary urban China. **Research in the Sociology of Work**, v. 19, p. 1-20, 2009. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC2828673/>. Acesso em: 04 fev. 2026.

XINHUA PORTUGUÊS. **China promete estabilizar mercado imobiliário**. Pequim, 23 dez. 2025. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20251223/5794e35ca119431fbb4c5f5cd5507985/c.html>. Acesso em: 15 dez. 2025.

XINHUA SILK ROAD. **FMI revisa para cima a previsão de crescimento da China para 2025 devido ao suporte de políticas**. Pequim, 11 dez. 2025. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/fmi-revisa-para-cima-a-previsao-de-crescimento-da-china-para-2025-devido-ao-suporte-de-politicas/>. Acesso em: 15 dez 2025.

ZHONG, Sujuan; WANG, Mingshu; ZHU, Yi; CHEN, Zhigang; HUANG, Xianjin. Urban expansion and the urban-rural income gap: empirical evidence from China. **Cities**, v. 129, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275122002700>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ZHOU, Weiqi; YU, Wenjuan; QIAN, Yuguo; HAN, Lijian; PICKETT, Steward T. A.; WANG, Jing; LI, Weifeng; OUYANG, Zhiyun. Beyond city expansion: multi-scale environmental impacts of urban megaregion formation in China. **National Science Review**, v. 9, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/nsr/article/9/1/nwab107/6307524>. Acesso em: 04 fev. 2026.

ZHOU, Mi; QIAO, Yurong; GUO, Jiahong. Separating the consumption and investment demands for housing: evidence from urban China. **Heliyon**, v. 9, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S240584402307891X>. Acesso em: 04 fev. 2026.

## AUTOR

### **Mateus Almeida Rodrigues**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Geografia (Modalidade Bacharelado) na Universidade Estadual do Ceará (2019). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo) na Universidade Estadual do Ceará (2021). Integrante do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR). Atua na área de Geografia, com experiência nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia Industrial e na utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) aplicados ao Planejamento Regional.

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5914-4506>

**E-mail:** [matrodrigues05@gmail.com](mailto:matrodrigues05@gmail.com)